



Ministério da Economia
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 10680.909864/2010-11
Recurso Voluntário
Acórdão nº 1302-006.196 – 1ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 21 de setembro de 2022
Recorrente PROSEGUR BRASIL S A - TRANSPORTADORA DE VAL
E SEGURANÇA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

Período de apuração: 01/04/2005 a 30/06/2005

CSRF. COMPROVAÇÃO. OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. ADMISSIBILIDADE. PROVA DA RETENÇÃO E DA SUBMISSÃO À TRIBUTAÇÃO DA RECEITAS.

Na apuração da CSLL, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido o valor da contribuição social retida na fonte, mesmo na ausência dos comprovantes de rendimentos emitidos pelas fontes pagadoras, desde que comprovada a retenção, por meio de documentos hábeis e idôneos, e o cômputo das receitas correspondentes na base de cálculo do imposto.

SALDO NEGATIVO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. NÃO HOMOLOGAÇÃO.

A falta de comprovação do crédito líquido e certo, requisito necessário para o reconhecimento do direito creditório, conforme o previsto no art. 170 da Lei Nº 5.172/66 do Código Tributário Nacional, acarreta na não homologação da compensação.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Período de apuração: 01/04/2005 a 30/06/2005

PROVAS DE DIREITO CREDITÓRIO. OMISSÃO DO INTERESSADO. DILIGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE

A realização de diligência, no processo administrativo fiscal, não pode servir para suprir a omissão do interessado na apresentação de provas hábeis e idôneas do direito creditório que alega possuir.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto do relator.

(documento assinado digitalmente)

Paulo Henrique Silva Figueiredo – Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Ricardo Marozzi Gregório, Flávio Machado Vilhena Dias, Marcelo Cuba Netto, Sávio Salomão de Almeida Nóbrega, Fellipe Honório Rodrigues da Costa (suplente convocado) e Paulo Henrique Silva Figueiredo (Presidente). Ausente o Conselheiro Marcelo Oliveira.

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra o Acórdão nº 02-43.514, de 26 de março de 2013, proferido pela 3ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Belo Horizonte/MG (fls. 845/850), que, por unanimidade de votos, julgou procedente em parte a manifestação de inconformidade apresentada pela ora Recorrente.

O presente processo cuida das Declarações de Compensação (DComp) nº 06678.60640.100807.1.7.03-4077, 11533.06316.280509.1.7.03-3780, 26023.14557.280509.1.7.03-3536 e 11545.56294.290509.1.7.03-1798, apresentadas pela Recorrente com base em suposto saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) referente ao segundo trimestre do ano-calendário de 2005, no valor de R\$ 1.035.202,95, para compensar débitos tributários de sua responsabilidade (fls. 51/129).

As referidas DComp foram objeto, em 06 de setembro de 2010, de Despacho Decisório eletrônico, por meio do qual se atestou a existência parcial do saldo negativo invocado, já que foram confirmados R\$ 997.591,87 (de R\$ 1.035.202,95) em retenções na fonte. Diante disso, foi realizada a homologação das compensações declaradas nas três primeiras DComp acima listada e parcial das contidas na última DComp (fls. 313/324).

Cientificado do Despacho Decisório, o sujeito passivo apresentou a Manifestação de Inconformidade de fls. 2/10, na qual sustentou que:

- (i) apresentou informes de rendimentos, comprovantes de retenção, notas fiscais e relatórios contábeis “conta a Receber” que comprovariam todas as retenções informadas na composição do saldo negativo compensado;
- (ii) a escrituração contábil faria prova a seu favor, nos termos do art. 923 do Decreto nº 3.000, de 1999 (RIR/99);
- (iii) diante do grande volume de faturamento e o prazo para a Manifestação de Inconformidade teria optado por não apresentar juntamente com a peça de defesa todas as notas fiscais emitidas no trimestre em pauta, mas apenas algumas, a título ilustrativo. Os demais documentos estariam à disposição da autoridade fiscal;
- (iv) a fonte pagadora Bamerindus, CNPJ nº 76.543.115/0032-90, teria sido incorporada pela pessoa jurídica HSBC, CNPJ nº 01.701.201/0001-89.

Quanto do preenchimento das DComp, contudo, teria sido apontada a incorporada, mas os informes de rendimentos estariam em nome da incorporadora;

- (v) a fonte pagadora identificada pelo CNPJ nº 90.726.506/0001-75 teria realizado retenções sob os códigos de receita 5952 e 1708, conforme atestariam os informes de rendimentos, mas teria informado apenas o segundo código de receita.

Na decisão recorrida, apontou-se, inicialmente, que, conforme a legislação vigente, o imposto retido “somente poderá ser compensado na declaração de pessoa física ou jurídica, se o contribuinte possuir comprovante de retenção emitido em seu nome pela fonte pagadora dos rendimentos”, cujas informações estariam refletidas nos sistemas da Receita Federal, a partir do que informado pelas fontes pagadoras por meio da Declaração de Rendimentos Pagos e Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF). Daí, seria legítima a decisão recorrida que se baseou nas informações decorrentes da citada declaração.

Rejeitou-se a existência de qualquer violação a princípios informadores do processo administrativo fiscal e se destacou o ônus do contribuinte em provar o seu direito creditório e em apresentar todas as provas com a Manifestação de Inconformidade, sob o risco de preclusão.

Os julgadores *a quo* teceram, então, comentários acerca de cada uma das provas apresentadas, seja para acatá-las, seja para rejeitá-las na comprovação das retenções em questão. Assim, após a referida análise, foi reconhecido um crédito adicional de R\$ 32.301,48, com a consequente homologação parcial em montante proporcional.

Após a ciência do Acórdão, foi apresentado o Recurso Voluntário de fls. 860/866, no qual, argui-se que o “relatório espelho do Razão Contábil” conteria o registro da “movimentação das contas contábeis relativas às receitas decorrentes de prestação de serviços faturados no período em análise, bem como a CSLL retida”, de modo que o “registro das Notas Fiscais de prestação de serviço, pelo seu valor líquido” seria capaz de comprovar as retenções que compuseram o saldo negativo compensado. Subsidiariamente, pugna pela conversão do julgamento em diligência, para que a autoridade fiscal verifique “por meio de quaisquer outros documentos pertinentes, a existência do crédito pleiteado”.

O presente processo foi distribuído por sorteio a este Conselheiro, em 19 de agosto de 2021.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Paulo Henrique Silva Figueiredo - Relator

1 DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

A Recorrente foi cientificada da decisão de primeira instância, por via postal, em 10 de maio de 2013 (fl. 859) e apresentou o Recurso Voluntário, em 11 de junho mesmo ano (fl. 860), dentro, portanto, do prazo de 30 (trinta) dias previsto no art. 33 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, considerando-se que a data de ciência recaiu em uma sexta-feira e o prazo recursal somente se iniciou em 13 de maio de 2013.

O Recurso é assinado por procurador da pessoa jurídica, devidamente constituído às fls. 869/870.

A matéria objeto do Recurso está contida na competência da 1ª Seção de Julgamento do CARF, conforme Art. 2º, inciso II, e Art. 7º do Anexo II do Regimento Interno do CARF (RI/CARF), aprovado pela Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015.

Isto posto, o Recurso é tempestivo e preenche os requisitos de admissibilidade, portanto, dele tomo conhecimento.

2 DAS RETENÇÕES NA FONTE

Conforme relatado, a matéria sob litígio nos presentes autos se limita à parcela do saldo negativo de CSLL relativo ao segundo trimestre do ano-calendário de 2006 composta pelos valores relativos a retenções na fonte não confirmadas nas decisões administrativas anteriores. Ou seja, R\$ 5.309,60, dos R\$ 1.035.202,95 consideradas na apuração realizada pela Recorrente.

Na decisão de primeira instância, foi realizada criteriosa análise dos elementos de prova apresentados com a Manifestação de Inconformidade.

As premissas utilizadas no referido exame foram as de que:

- (a) incumbe ao contribuinte comprovar por meio de documento hábil e idôneo a ocorrência das;
- (b) ordinariamente, a prova hábil a comprovar retenções é o Comprovante de Retenção expedido pela fonte pagadora;
- (c) na ausência do comprovante de retenção, é possível a comprovação por meio de registros contábeis, desde que acompanhados dos documentos que deram origem aos lançamentos neles consignados.

Não há nenhuma crítica a se fazer aos referidos entendimentos, posto que expressam com fidelidade o que contido na legislação e na jurisprudência administrativa.

Neste sentido, cabe invocar, inicialmente, duas Súmulas do CARF que tratam da comprovação das retenções. Ainda que haja menção ao IRPJ, o entendimento, por óbvio, é aplicável à CSLL:

Súmula CARF nº 80

Na apuração do IRPJ, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido o valor do imposto de renda retido na fonte, desde que comprovada a retenção e o cômputo das receitas correspondentes na base de cálculo do imposto.

Súmula CARE nº 143

A prova do imposto de renda retido na fonte deduzido pelo beneficiário na apuração do imposto de renda devido não se faz exclusivamente por meio do comprovante de retenção emitido em seu nome pela fonte pagadora dos rendimentos.

Cabe, ainda, transcrever o teor do art. 923 do RIR/99, de modo a não deixar dúvidas acerca da necessidade de que os registros contábeis sejam acompanhados de documentos hábeis para gozarem da força probatória que os caracteriza:

Art.923. A escrituração mantida com observância das disposições legais faz prova a favor do contribuinte dos fatos nela registrados **e comprovados por documentos hábeis, segundo sua natureza, ou assim definidos em preceitos legais** (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 9º, §1º). (Destacou-se)

Na decisão de primeira instância, aquilo que é suscitado no Recurso Voluntário, ou seja, o cotejo entre os elementos de prova apresentados foi realizado pelos julgadores administrativos. Ocorre que, com a Manifestação de inconformidade foi apresentado apenas relatórios intitulados “Contas a Receber” e desacompanhados de qualquer elemento de prova dos valores ali registrados, conforme excerto a seguir:

Verifica-se, inicialmente, que a interessada apresentou diversos relatórios intitulados “Contas a Receber”, gerados por ela mesma em 30/09/2010 (após a ciência do despacho decisório) e desacompanhados de qualquer documento hábil a comprovar as retenções ali consignadas. Nenhuma nota fiscal foi trazida aos autos, muito embora tenha se alegado na manifestação de inconformidade que: “a recorrente opta por não apresentar neste momento a totalidade das notas fiscais emitidas no 2º trimestre de 2005, mas somente algumas delas a título ilustrativo para afastar qualquer dúvida quanto à veracidade das informações lançadas na DIPJ.”

Tais relatórios por si sós equivalem a mera alegação não comprovada, não podendo ser tidos como prova inequívoca de que a interessada efetivamente sofreu as retenções não confirmadas em Dirf (fls. 21/28, 30 e 35/49).

Foram apresentados, ainda, cinco comprovantes de retenção que foram objeto de exame e manifestação por parte dos julgadores, sendo reconhecidas as retenções em conformidade com o apontado nas DComp apresentadas.

Não houve, portanto, nenhuma comprovação da parcela não reconhecida. A situação não se altera com o Recurso Voluntário, com o qual não é apresentado nenhum elemento de prova capaz de atestar de modo hábil e idôneo a veracidade do montante de retenção em questão.

A conclusão que se chega, portanto, é que os elementos de prova reunidos pela Recorrente não comprovam a liquidez e certeza do crédito compensado, requisitos indispensáveis, conforme art. 170 do CTN, de modo que não deve ser alterada a decisão recorrida.

De outra parte, o princípio da verdade material e a realização de diligência, como invocados pela Recorrente, não podem servir para a imposição à autoridade julgadora do ônus de construir as provas do direito creditório que embasou a compensação declarada, na medida em que, conforme a legislação, a obrigação da apresentação dos referidos elementos é de responsabilidade do contribuinte, e a determinação da realização de diligência é faculdade da

autoridade julgadora, quando considerá-la imprescindível para a formação da sua convicção, conforme art. 18 do Decreto nº 70.235, de 1972.

Neste sentido:

PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA OU PERÍCIA TÉCNICO-CONTÁBIL. INDEFERIMENTO.

Indefere-se o pedido de diligência ou perícia, cujo objetivo é instruir o processo com as provas documentais que o recorrente deveria produzir em sua defesa, juntamente com a peça impugnatória ou recursal.

O pedido de diligência ou perícia, quando se resume-se (*sic*) ou versa apenas acerca de matéria contábil e argumentos jurídicos ordinariamente compreendidos na esfera do saber do Julgador, desnecessário o exame pericial à solução da controvérsia.

A perícia técnica se reserva à elucidação de pontos duvidosos que requeiram conhecimentos especializados para deslinde do litígio, não se justificando quando o fato puder ser demonstrado pela juntada de documentos.

A autoridade julgadora é livre para formar sua convicção devidamente motivada, fundamentada, podendo deferir perícias quando entendê-las necessárias, ou indeferir as que considerar prescindíveis ou impraticáveis, sem que isto configure preterição do direito de defesa. Por se tratar de prova especial subordinada a requisitos específicos, a perícia só pode ser admitida, pelo Julgador, quando a apuração do fato litigioso não se puder fazer pelos meios ordinários de convencimento.

A diligência fiscal, perícia técnico-contábil, não têm o condão de substituir a parte na atividade de produção de prova.

No processo de compensação tributária é ônus do contribuinte comprovar a existência de fato constitutivo do direito creditório alegado contra a Fazenda Nacional (Decreto nº 70.235/72, arts. 15 e 16 e CPC Lei nº 13.105/2015, art. 373, II). (Acórdão nº 1401-004.153, de 23 de janeiro de 2020, Relator Conselheiro Nelso Kichel)

Nada a prover em relação a tal matéria, portanto.

3 CONCLUSÃO

Por todo o exposto, voto por **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Paulo Henrique Silva Figueiredo